



MUNICÍPIO DE CAÇAPAVA
PROCURADORIA-GERAL DO MUNICÍPIO
PROCURADORIA ADMINISTRATIVA - ATL

OFÍCIO Nº 283/2026/ATL/PGM

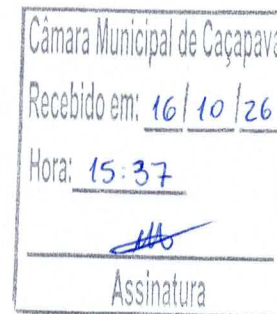
Caçapava, 15 de outubro de 2026.

Exmo. Sr.

Vereador Adilson Henrique França
Presidente da Câmara Municipal de Caçapava

Assunto: Manifestação sobre Projeto de Lei

Senhor Presidente,



Tenho a honra em cumprimentá-lo e acusar o recebimento do autógrafo do Projeto de Lei nº 75/2026, que ***“Dispõe sobre a prioridade no atendimento a mães, pais ou responsáveis legais que exerçam o cuidado direto, contínuo e não remunerado de pessoas com deficiência, quando acompanhados por seus filhos ou dependentes, no âmbito do Município de Caçapava, e dá outras providências”***.

Embora a proposição tenha sido elaborada e aprovada com elevado propósito e meritória intenção, voltada à proteção das famílias que assumem os cuidados de pessoas com deficiência, entendo que a matéria merece análise sob a perspectiva da legislação federal vigente, que já estabelece regras específicas para o atendimento prioritário e para a extensão desse direito aos acompanhantes e atendentes pessoais.

A Lei Federal nº 13.146, de 6 de julho de 2015, que institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), assegura, em seu art. 9º, o direito ao atendimento prioritário à pessoa com deficiência em todas as instituições e serviços de atendimento ao público, bem como a disponibilização de recursos humanos e tecnológicos que garantam atendimento em igualdade de condições com as demais pessoas.

O § 1º do referido artigo estabelece, ainda, que os direitos previstos no dispositivo são extensivos ao acompanhante da pessoa com deficiência ou ao seu atendente pessoal, ressalvadas as hipóteses expressamente previstas na própria lei. Dessa forma, o

Rua Capitão Carlos de Moura, 243, Vila Pantaleão, Caçapava - SP

CEP: 12.280-050 / Tel. (12) 3654-6656 - atl2@cacapava.sp.gov.br





MUNICÍPIO DE CAÇAPAVA
PROCURADORIA-GERAL DO MUNICÍPIO
PROCURADORIA ADMINISTRATIVA - ATL

ordenamento jurídico federal já contempla a extensão do atendimento prioritário àqueles que acompanham ou prestam cuidados pessoais à pessoa com deficiência, reconhecendo a importância do suporte necessário à efetivação de seus direitos.

No mesmo sentido, a Lei Federal nº 10.048, de 8 de novembro de 2000, com as alterações posteriores, estabelece, em seu art. 1º, a relação de pessoas beneficiárias do atendimento prioritário e prevê, em seu § 1º, que os acompanhantes ou atendentes pessoais dessas pessoas sejam atendidos conjuntamente e de forma acessória aos titulares da prioridade. O art. 2º da mesma norma também disciplina a obrigação das repartições públicas e das empresas concessionárias de serviços públicos de assegurar atendimento prioritário, mediante tratamento diferenciado e atendimento imediato, nos termos da legislação aplicável.

Verifica-se, portanto, que a legislação federal já institui uma disciplina específica para o atendimento prioritário, contemplando tanto a pessoa com deficiência quanto aqueles que a acompanham ou lhe prestam assistência pessoal. Nesse contexto, a criação de nova hipótese de prioridade, fundada em condição distinta daquela prevista na legislação nacional, exige especial cautela, a fim de evitar sobreposição de critérios, dúvidas quanto ao alcance dos direitos assegurados e dificuldades na aplicação uniforme das regras de atendimento.

Cumpra-se observar que a proposição em análise não se limita a assegurar a prioridade à pessoa com deficiência ou ao seu acompanhante no atendimento em que ambos estejam presentes. Seu objeto consiste em conferir prioridade própria a mães, pais ou responsáveis legais que exerçam o cuidado direto, contínuo e não remunerado de pessoas com deficiência, desde que acompanhados por seus próprios filhos ou dependentes.

Essa distinção é relevante porque a legislação federal vincula a extensão da prioridade à condição de acompanhante ou atendente pessoal da pessoa beneficiária, enquanto a proposta municipal estabelece uma hipótese específica baseada na situação familiar do cuidador. Assim, embora se reconheça a relevância social da medida, sua implementação demanda critérios claros e compatibilidade com o regime jurídico já estabelecido, de modo a preservar a segurança jurídica e a isonomia no acesso aos serviços de atendimento ao público.

Além disso, a instituição de prioridade adicional deve considerar seus possíveis reflexos sobre a organização dos serviços públicos e privados abrangidos pela norma, especialmente quanto à definição dos beneficiários, à comprovação das condições exigidas e à compatibilização com as demais prioridades legalmente asseguradas. A ausência

Rua Capitão Carlos de Moura, 243, Vila Pantaleão, Caçapava - SP

CEP: 12.280-050 / Tel. (12) 3654-6656 - atl2@cacapava.sp.gov.br





MUNICÍPIO DE CAÇAPAVA
PROCURADORIA-GERAL DO MUNICÍPIO
PROCURADORIA ADMINISTRATIVA - ATL

de delimitação suficientemente precisa desses aspectos pode gerar dificuldades operacionais e interpretações divergentes, comprometendo a aplicação uniforme da medida.

Ressalte-se que o reconhecimento da importância dos cuidadores familiares não afasta a necessidade de que as medidas legislativas destinadas à sua proteção sejam estruturadas de maneira compatível com o ordenamento jurídico vigente, observando critérios objetivos, razoabilidade e tratamento isonômico aos usuários dos serviços.

Diante dessas considerações, entendo que a proposição, embora inspirada em finalidade social legítima, não se mostra suficientemente adequada, nos termos em que foi aprovada, diante da disciplina federal já existente e da necessidade de preservar a coerência, a segurança jurídica e a adequada aplicação das regras de atendimento prioritário.

Por todos as razões expostas acima, sou compelido a **vetar totalmente o Projeto de Lei nº 75/2026**, com fulcro no artigo 47 da Lei Orgânica do Município, em simetria com o § 1º do artigo 66 da Constituição Federal, o qual submeto à elevada apreciação pelo E. Plenário dessa Colenda Casa de Leis.

Respeitosamente,

YAN LOPES DE
ALMEIDA:461
53491812

Assinado de forma
digital por YAN LOPES
DE
ALMEIDA:46153491812
Dados: 2026.10.16
12:25:05 -03'00'

Dr. YAN LOPES DE ALMEIDA
Prefeito Municipal